

"A missão foi recobrar autoridade sobre as tropas", afirma número 2 da Justiça**ENTREVISTA****RICARDO CAPPELLI** Secretário-executivo do Ministério da Justiça e ex-interventor na segurança pública do DF

"Houve uma falha, claro, do comando da Segurança Pública"

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezi@zerohora.com.br

Homem de confiança do ministro Flávio Dino, Ricardo Cappelli foi designado interventor na segurança pública do governo do Distrito Federal no dia 8 de janeiro de 2023. Experiência política não faltava a Cappelli. Jornalista, pós-graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), esse carioca de 51 anos presidiu a União Nacional dos

Estudantes entre 1997 e 1999, época em que militava no PCdoB. Mas acabou entrando direto no olho do furacão. Assistiu à turba cercar o ministério da Justiça e, ainda tentando impedir o ingresso no prédio, foi comunicado que seria interventor federal na Secretaria da Segurança Pública do DF.

O que o senhor fazia na hora em que a multidão invadiu a Praça dos Três Poderes?

Estava almoçando com uns amigos. Fazendo hora para buscar minha esposa no aeroporto. Ela estava chegando com meu filho e a mudança, vinda do Maranhão. É que até 31 de dezembro eu era secretário de Comunicação do governo estadual maranhense. Quando veio a tentativa de golpe, eu estava há uma semana em Brasília, auxiliando o futuro ministro Flávio Dino. Fiquei primeiro num hotel e depois num apartamento alugado pelo AirBnB. Quando começou o tumulto, fui para o ministério, onde encontrei o ministro e de onde assistimos às invasões, pela janela.

O senhor chegou a dizer que havia um vácuo de comando no DF. Explique melhor o cenário...

O secretário de Segurança, Anderson Torres, estava no Exterior. E o comandante da Polícia Militar,

coronel Fábio Augusto, tinha claramente perdido o comando da tropa. A gente via isso no semblante dele. Tinha um cenário de vácuo. O governador foi logo em seguida afastado. E a primeira missão no 8 de janeiro foi recobrar a autoridade sobre as tropas.

Em que momento o senhor foi convidado para ser interventor e qual foi sua reação?

Eu não fui convidado, fui comunicado (*risos*). Primeiro pela chefe de gabinete do ministro Flávio Dino, depois por ele. O interventor seria ele, mas ele consultou a Constituição e, como ele já tinha sido diplomado senador, se fosse para o governo poderia perder o mandato eletivo. O presidente Lula falou: "Tem de arrumar alguém aí, urgente, pra assumir a missão". Eu estava aqui na janela lateral do prédio (*do Ministério da Justiça*), olhando, e tinha uns manifestantes tentando entrar. Tinha uns minis-



Preparativos eram realizados na sexta para o ato, hoje à tarde, no Congresso

tros aqui na sala e eu falei: "Olha, se esses caras resolvem invadir, vai dar problema". Na entrada do edifício tinha uns policiais da Força Nacional de Segurança, numa atitude passiva, apenas contemplando a passagem dos manifestantes. Ai eu desci, me apresentei, dei uma voz de comando, botei eles (*os policiais*) em linha, determinei que a partir daquele momento ninguém mais passasse daquela linha. Ai olhei para cima e vi que o ministro Flávio Dino e o ministro Alexandre Padilha apontavam para mim, pela vidraça. Subi e a chefe de gabinete do ministro virou para mim e falou: "Secretário, o seu nome é Ricardo Cappelli mas tem outro nome no meio, né?". Perguntei: para quê? Ela respondeu: "E que o ministro falou que o senhor vai ser o interventor federal na Segurança".

O senhor chegou a ser militar? É que falou "dei voz de comando aos policiais".

Não, não cheguei a ser militar, não (*risos*)... mas isso aí são anos de experiência em manifestação (*Cappelli foi militante político estudantil*).

Que falhas o senhor identifica na prevenção dos atos antidemocráticos?

Está na Constituição Federal que a segurança ostensiva da capital federal e dos poderes aqui constituídos é do governo do Distrito Federal. O governo daqui recebeu mais de R\$ 22 bilhões, no ano passado, para investir em segurança. Então houve uma falha, claro, do comando da Secretaria de Segurança Pública no planejamento e na execução do plano de segurança. Sem dúvida alguma.

GZHApós um ano, há 66 pessoas ainda presas. Mais em gzh.rs/atogolpe**Como será a solenidade**

- O ato para marcar o primeiro ano dos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023 será realizado hoje no Salão Negro do Congresso Nacional.
- O evento contará com a presença de cerca de 500 convidados, incluindo ministros do governo e do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares, governadores e outras autoridades.
- A cerimônia, originalmente, seria batizada de Democracia Restaurada, mas o nome provocou insatisfação entre congressistas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então, rebatizou o ato como Democracia Inabalada.
- Além do evento, haverá a abertura de uma exposição que relembra os ataques de 8 de janeiro no Supremo.

- O ato Democracia Inabalada está previsto para começar às 15h. Antes disso, às 14h, na sede do STF, o ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, vai conduzir o evento de abertura da exposição *Após 8 de janeiro: Reconstrução, memória e democracia*. No STF, além de Barroso, é esperada a presença de ministros, autoridades e convidados.
- Na abertura do ato, a ministra da Cultura, a cantora Margareth Menezes, vai interpretar o Hino Nacional. Em seguida, será exibido um vídeo institucional. Na sequência, vão discursar os presidentes dos três poderes e outras autoridades.

2 mil

policiais militares estarão no patrulhamento ostensivo na capital federal, segundo acordo firmado entre o Ministério da Justiça e o governo do DF. É quatro vezes mais do que estava disponível nos atos golpistas há um ano.

- Comandantes das Forças Armadas também são esperados, mas não havia confirmação. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, pediu aos chefes militares que reservassem suas agendas, para passar mensagem de compromisso com a legalidade e as instituições democráticas.

- Muitos governadores da oposição não devem comparecer ao evento. Já o governador Eduardo Leite confirmou presença.
- Após os discursos, a cerimônia seguirá para as entregas simbólicas de dois itens vandalizados no ataque. Um deles é a tapeçaria de Burlle Marx, obra de 1973 que, em 8 de janeiro do ano passado, foi danificada durante a invasão ao Congresso. A peça foi restaurada e, desde outubro, está reintegrada ao patrimônio do Senado.
- A réplica da Constituição Federal, furtada durante o ataque ao Supremo Tribunal Federal, foi recuperada sem nenhum dano, e também fará parte da cerimônia de entrega simbólica.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 8